



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



LUCAS MATEUS DIAS

**INTERAÇÃO ENTRE POLICIAMENTO OSTENSIVO E COMUNITÁRIO EM
COMUNIDADES CARENTES SOB A ÓTICA DOS POLICIAIS E ALUNOS NA
ACADEMIA DA PMGO**

GOIÂNIA-GO

2025

LUCAS MATEUS DIAS

**INTERAÇÃO ENTRE POLICIAMENTO OSTENSIVO E COMUNITÁRIO EM
COMUNIDADES CARENTES SOB A ÓTICA DOS POLICIAIS E ALUNOS NA
ACADEMIA DA PMGO**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Esp. Davidson Rodrigues Bian de Oliveira.

GOIÂNIA-GO

2025

INTERAÇÃO ENTRE POLÍCIAMENTO OSTENSIVO E COMUNITÁRIO EM COMUNIDADES CARENTES SOB A ÓTICA DOS POLICIAIS E ALUNOS NA ACADEMIA DA PMGO

INTERACTION BETWEEN OVERTIME AND COMMUNITY POLICING IN UNDERPRIVILEGED COMMUNITIES FROM THE PERSPECTIVE OF POLICE OFFICERS AND STUDENTS AT THE PMGO ACADEMY

Lucas Mateus Dias¹
Davidson Rodrigues Bian de Oliveira²

Resumo

A pesquisa demonstra que a interação entre policiamento ostensivo e comunitário representa uma estratégia para a promoção da segurança pública em comunidades carentes, marcadas por condições socioeconômicas que agravam a vulnerabilidade à criminalidade. O objetivo geral consistiu em analisar a influência dessa interação na segurança nessas áreas, conforme as percepções de policiais na ativa e alunos do Curso de Formação de Praças no Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. A metodologia adotou abordagem mista, com revisão bibliográfica em bases acadêmicas, análise documental do Procedimento Operacional Padrão da PMGO e aplicação de questionários semiestruturados online a 36 respondentes, analisados por estatística descritiva e análise de conteúdo. Os resultados revelam percepções predominantes de eficácia na redução da criminalidade (97,2% consideram muito eficaz ou eficaz) e na construção de confiança comunitária (97,2% indicam impacto significativo ou moderado), com desafios principais identificados na resistência cultural dos policiais (47,2%) e na desconfiança comunitária (38,9%), além de necessidade de maior ênfase em práticas comunitárias na formação (86,1%). A análise evidencia a relevância de ajustes na formação policial e investimentos institucionais para fortalecer a aplicação integrada dessas abordagens. **Palavras-chave:** policiamento ostensivo; policiamento comunitário; comunidades carentes; formação policial; segurança pública; PMGO.

Abstract

The research demonstrates that the interaction between overt and community policing represents a strategy for promoting public security in underprivileged communities, marked by socioeconomic conditions that exacerbate vulnerability to criminality. The general objective consisted of analyzing the influence of this interaction on security in these areas, according to the perceptions of active police officers and students from the Officer Training Course at the Military Police Academy Command of Goiás. The methodology adopted a mixed approach, with bibliographic review in academic databases, documentary analysis of the PMGO Standard Operating Procedure, and application of semi-structured online questionnaires to 36 respondents, analyzed through descriptive statistics and content analysis. The results reveal predominant perceptions of effectiveness in reducing criminality (97.2% consider it very effective or effective) and in building community trust (97.2% indicate

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 1ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: lucasdiaspm@gmail.com. Telefone: (62) 99274-5543

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Licenciatura em Música e Especialista em Docência do Ensino Superior. E-mail: davidaiane@hotmail.com (62)99392-9548

significant or moderate impact), with main challenges identified in police cultural resistance (47.2%) and community distrust (38.9%), in addition to the need for greater emphasis on community practices in training (86.1%). The analysis evidences the relevance of adjustments in police training and institutional investments to strengthen the integrated application of these approaches.

Keywords: overt policing; community policing; underprivileged communities; police training; public security; PMGO.

1 INTRODUÇÃO

A interação entre o policiamento ostensivo e o comunitário constitui uma estratégia relevante para a promoção da segurança pública em comunidades carentes, onde condições socioeconômicas, como pobreza e exclusão social, intensificam a vulnerabilidade à criminalidade. Conforme Bittner (2003), o trabalho policial envolve a gestão de conflitos sociais, cuja legitimidade depende da construção de confiança com a população atendida.

No Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), o Curso de Formação de Praças incorpora diretrizes do Procedimento Operacional Padrão (POP) da PMGO e do Sistema Único de Segurança Pública (Lei nº 13.675/2018), buscando articular a presença dissuasória do policiamento ostensivo com a aproximação social do policiamento comunitário, em conformidade com o artigo 144, § 5º, da Constituição Federal.

Ribeiro e Montandon (2015) apontam que a aplicação prática dessa interação enfrenta barreiras relacionadas à formação policial e à percepção dos agentes sobre sua viabilidade, especialmente em áreas marcadas por desigualdades sociais. Este estudo examina as percepções de policiais na ativa e alunos do CAPM, considerando a ausência de análises específicas sobre a integração dessas abordagens no contexto goiano.

Assim surge a seguinte indagação: de que forma a interação entre policiamento ostensivo e comunitário influencia a segurança em comunidades carentes, segundo as percepções de policiais na ativa e alunos do Curso de Formação de Praças do CAPM? A análise adota uma abordagem neutra, investigando a eficácia da integração (ex.: redução da criminalidade, fortalecimento da confiança comunitária) e os obstáculos enfrentados (ex.: formação inadequada, resistência cultural), sem assumir posicionamentos prévios. A carência de estudos que explorem as perspectivas dos policiais e alunos reforça a necessidade de investigar a preparação oferecida pelo CAPM para atuar em comunidades vulneráveis.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender as percepções dos policiais e alunos para orientar estratégias operacionais e políticas públicas voltadas à integração do policiamento ostensivo e comunitário. A ausência de avaliações detalhadas sobre a formação no CAPM limita a identificação de lacunas que comprometam a aplicação prática dessas estratégias em áreas de risco.

A pesquisa pretende oferecer contribuições para a revisão curricular, a capacitação policial e a implementação de práticas que promovam a confiança comunitária, favorecendo a redução da criminalidade e a consolidação da segurança pública. O trabalho beneficia a PMGO, ao propor melhorias na formação, e a sociedade goiana, ao incentivar práticas

policiais mais alinhadas às demandas das comunidades carentes, além de enriquecer o debate acadêmico sobre segurança pública (Camargo, 2015).

O objetivo geral da pesquisa é analisar como a interação entre policiamento ostensivo e comunitário influencia a segurança em comunidades carentes, segundo as percepções de policiais na ativa e alunos do CAPM. Os objetivos específicos são: identificar as diretrizes do POP (GOIÁS, 2023) que regulamentam a interação entre policiamento ostensivo e comunitário; avaliar as percepções dos policiais na ativa sobre a eficácia e desafios da integração em comunidades carentes; examinar a visão dos alunos sobre a preparação oferecida pelo CAPM para atuar com abordagens integradas.

A metodologia combina uma abordagem mista com revisão bibliográfica, análise documental e questionários online. A revisão bibliográfica examinará artigos e livros sobre policiamento ostensivo e comunitário, enquanto a análise documental incluirá o POP (GOIÁS, 2023) e relatórios institucionais da PMGO. Questionários semiestruturados, aplicados via Google Forms a uma amostragem estimada de 50 respondentes (policiais e alunos do CAPM), selecionados por conveniência, captarão percepções sobre a integração. A análise utilizará estatística descritiva (frequências, médias) no Excel para respostas fechadas e análise de conteúdo para respostas abertas, categorizando temas narrativos. A pesquisa seguirá normas éticas, com obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e autorização via Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITOS E NORMATIVAS DO POLICIAMENTO OSTENSIVO E COMUNITÁRIO

Bittner (2003) caracteriza o trabalho policial como uma prática de gestão de conflitos sociais, na qual a interação entre policiamento ostensivo e comunitário se configura como uma abordagem estratégica para promover a segurança pública, especialmente em comunidades carentes. O policiamento ostensivo, marcado pela presença visível e dissuasória, visa inibir a criminalidade por meio de patrulhamento intensivo e intervenções rápidas, enquanto o policiamento comunitário privilegia o diálogo, a mediação de conflitos e a construção de confiança com os moradores. Em áreas vulneráveis, onde a pobreza, a exclusão social e a falta de infraestrutura intensificam a criminalidade, essa integração busca articular a repressão com a prevenção, promovendo a legitimidade policial e reduzindo tensões sociais.

A regulamentação da interação no Brasil é orientada por normativas como o Sistema Único de Segurança Pública (Lei nº 13.675/2018) e o artigo 144, § 5º, da Constituição Federal, que estabelecem a responsabilidade da Polícia Militar pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública. Na Polícia Militar de Goiás (PMGO), o Procedimento Operacional Padrão (POP) define diretrizes para a integração, incluindo práticas como patrulhamento comunitário, mediação de conflitos e interação com lideranças locais (GOIÁS, 2023). Essas normativas buscam estruturar a atuação policial para atender às demandas de áreas marcadas por desigualdades socioeconômicas, onde a presença estatal é frequentemente limitada.

Conforme Bohn (2013), o policiamento comunitário fortalece a confiança mútua entre policiais e moradores, promovendo a co-produção da segurança. Iniciativas como o Programa de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) e o Projeto Polícia Mirim, implementados em Goiás, exemplificam esforços para aproximar a PMGO de comunidades carentes por meio de ações educativas. O PROERD foca na prevenção ao uso de drogas entre jovens, enquanto o Projeto Polícia Mirim busca engajar crianças e adolescentes em atividades que promovam valores cívicos (Guedes; Anjos, 2018). Tais programas visam estabelecer vínculos de confiança, mas sua implementação enfrenta restrições orçamentárias e falta de pessoal capacitado, o que reduz sua continuidade e alcance.

As condições socioeconômicas das comunidades carentes, como desemprego, exclusão social e ausência de infraestrutura, criam um ambiente propício à criminalidade, demandando abordagens policiais que combinem repressão e prevenção (Silva; Ribeiro,

2015). O policiamento ostensivo, com sua visibilidade e capacidade de resposta rápida, atua como um mecanismo de dissuasão, enquanto o comunitário promove a resolução de conflitos por meio do diálogo e da mediação. Bustamante (2017) destaca que a mediação comunitária permite aos policiais atuar como facilitadores, resolvendo disputas sem recorrer à força, o que fortalece a legitimidade da instituição policial perante a população.

A integração entre essas abordagens é regulamentada pelo POP da PMGO, que orienta a articulação de práticas ostensivas, como patrulhamento motorizado, com ações comunitárias, como a interação com lideranças locais e a realização de atividades educativas (GOIÁS, 2023). No entanto, a aplicação dessas diretrizes enfrenta barreiras, como a carência de recursos materiais e humanos, que limitam a presença policial contínua e a eficácia das práticas comunitárias. A ausência de bases comunitárias fixas e de equipamentos adequados compromete a capacidade da PMGO de manter uma atuação consistente em áreas de alta vulnerabilidade (Paiva; Pereira Filho, 2016).

Camargo (2015) observa que a implementação do policiamento comunitário no Brasil enfrenta desafios relacionados à formação policial e à cultura institucional. No Comando da Academia de Polícia Militar (CAPM), o Curso de Formação de Praças inclui módulos sobre policiamento comunitário, abrangendo técnicas de diálogo, mediação e interação com a comunidade, mas a carga horária limitada e a predominância de conteúdos ostensivos comprometem a preparação dos alunos. A formação teórica, embora aborde normativas como o POP e a Lei nº 13.675/2018, carece de atividades práticas que simulem as dinâmicas de comunidades carentes, como conflitos sociais ou resistência comunitária, dificultando a assimilação de habilidades interpessoais pelos futuros policiais.

Raymundo (2016) argumenta que a integração entre policiamento ostensivo e comunitário pode fortalecer a segurança pública, mas requer mudanças institucionais e curriculares. Experiências como as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro, apesar de resultados mistos, demonstram que a combinação de presença policial contínua com práticas comunitárias pode reduzir a criminalidade em áreas de risco. Em Goiás, a implementação dessas estratégias é limitada pela falta de recursos e pela ausência de programas de capacitação contínua, o que restringe a capacidade da PMGO de atender às demandas das comunidades carentes (Fernandes, 2024).

A formação no CAPM deve incorporar módulos que abordem a complexidade social das comunidades vulneráveis, promovendo habilidades de comunicação e mediação. A ausência de exercícios práticos que reproduzam cenários reais, como a interação com lideranças comunitárias ou a resolução de conflitos, compromete a preparação dos alunos

para atuar em contextos de alta tensão social (Vantroba et al., 2023). Além disso, a predominância de conteúdos voltados para práticas ostensivas, como abordagens e revistas, reforça uma visão repressiva que dificulta a adoção de abordagens comunitárias.

A análise das normativas revela que a integração entre policiamento ostensivo e comunitário é um objetivo estratégico da PMGO, mas sua implementação depende de investimentos em infraestrutura e formação. A criação de batalhões especializados, como os subordinados ao 1º Comando Regional de Polícia Militar no Paraná, reflete a tentativa de articular essas abordagens em estruturas operacionais (Fernandes, 2024). Em Goiás, a sobrecarga de unidades operacionais e a carência de bases comunitárias limitam a aplicação das diretrizes do POP, exigindo ajustes que promovam uma atuação policial mais alinhada às necessidades das comunidades carentes.

2.2 BARREIRAS E PERCEPÇÕES NA APLICAÇÃO DA INTEGRAÇÃO POLICIAL

Ribeiro e Montandon (2015) destacam que a resistência cultural dos policiais constitui um obstáculo significativo à integração entre policiamento ostensivo e comunitário. Muitos policiais percebem o policiamento comunitário como secundário em relação às práticas ostensivas, devido a uma cultura institucional que valoriza a repressão e a presença dissuasória. Essa percepção é agravada pela desconfiança comunitária, que frequentemente vê a polícia como repressiva, especialmente em comunidades carentes com históricos de violência policial. A superação dessas barreiras exige uma formação que aborde a vulnerabilidade social e promova a empatia, capacitando os policiais para atuar como agentes de mediação. No CAPM, a ausência de módulos específicos sobre dinâmicas sociais em áreas carentes limita a preparação dos alunos.

Oliveira et al. (2016) apontam que as percepções dos policiais na ativa sobre a eficácia da integração variam conforme a qualidade da formação e as condições operacionais. Policiais reconhecem o potencial do policiamento comunitário para reduzir conflitos e melhorar a confiança comunitária, mas relatam dificuldades em aplicá-lo devido à falta de treinamento prático e à resistência dos moradores. Em comunidades carentes, onde a pobreza e a exclusão social intensificam a criminalidade, os policiais enfrentam desafios como hostilidade, falta de cooperação e infraestrutura precária, como ruas sem pavimentação ou iluminação. A literatura sugere que a formação deve incluir simulações realistas que reproduzam essas dinâmicas, preparando os policiais para lidar com tensões sociais e promover o diálogo.

A visão dos alunos do CAPM sobre a formação reflete a qualidade do treinamento oferecido. Vantroba et al. (2023) indicam que os alunos percebem a formação como robusta em conteúdos teóricos, como legislação e diretrizes do POP, mas insuficiente para enfrentar a complexidade das comunidades carentes. A ausência de exercícios práticos que simulem interações reais, como mediação de conflitos ou diálogo com lideranças locais, compromete a confiança dos alunos na aplicação das técnicas aprendidas. A formação deve priorizar a prática contínua, com cenários que abordem a vulnerabilidade social, a desconfiança comunitária e as tensões inerentes às áreas de risco, para preparar os alunos para atuações integradas.

Bustamante (2017) observa que a mediação comunitária é uma ferramenta eficaz para promover a confiança e reduzir conflitos em comunidades carentes. A mediação permite aos policiais atuar como facilitadores, resolvendo disputas sem o uso da força e fortalecendo a legitimidade policial. Contudo, no CAPM, a implementação da mediação é limitada pela falta de instrutores especializados e pela ausência de programas de reciclagem regular. Policiais e alunos relatam que a formação prioriza práticas ostensivas, como abordagens e revistas, em detrimento de técnicas comunitárias, como diálogo e resolução de conflitos. A literatura sugere que a formação deve integrar esses elementos, promovendo uma abordagem equilibrada que combine prevenção e repressão.

Os desafios na implementação da interação incluem a carência de recursos, a resistência cultural e a desconfiança comunitária. Paiva e Pereira Filho (2016) destacam que a ausência de infraestrutura, como bases comunitárias e equipamentos adequados, limita a presença policial contínua em comunidades carentes. A resistência cultural dos policiais, que percebem o policiamento comunitário como menos eficaz, é agravada pela falta de formação adequada e pela cultura institucional que privilegia a repressão. A desconfiança comunitária, alimentada por históricos de violência policial e pela percepção de ineficácia das forças de segurança, dificulta a construção de confiança mútua, exigindo estratégias que promovam o diálogo e a cooperação.

Conforme Silva e Ribeiro (2015), as condições socioeconômicas das comunidades carentes, como pobreza, exclusão social e falta de infraestrutura, criam um ambiente propício à criminalidade, dificultando a implementação de práticas comunitárias. Policiais relatam que a ausência de apoio comunitário, como conselhos de segurança ou lideranças locais engajadas, limita a eficácia das abordagens integradas. A formação policial deve abordar essas condições, capacitando os agentes para lidar com a desconfiança e promover a co-produção da segurança. No CAPM, a falta de módulos específicos sobre vulnerabilidade

social compromete a preparação dos alunos para atuar em áreas de risco.

Raymundo (2016) sugere que a integração entre policiamento ostensivo e comunitário pode fortalecer a segurança pública, mas requer mudanças institucionais e curriculares significativas. A formação no CAPM deve abordar a vulnerabilidade social, capacitando policiais para atuar como mediadores e promotores de confiança. Programas como as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro, embora com resultados mistos, demonstram que a integração pode reduzir a criminalidade quando acompanhada de investimentos em infraestrutura e formação. Em Goiás, a implementação é limitada por falta de recursos e pela ausência de programas de capacitação contínua.

Fernandes (2024) destaca que a criação de novos batalhões, como os subordinados ao 1º Comando Regional de Polícia Militar no Paraná, reflete a tentativa de integrar abordagens ostensivas e comunitárias em estruturas operacionais. No entanto, a eficácia dessas iniciativas depende de formação adequada e recursos suficientes. Em Goiás, a PMGO enfrenta desafios semelhantes, com unidades operacionais sobrecarregadas e carência de bases comunitárias. A integração requer investimentos em infraestrutura, como bases fixas em comunidades carentes, e em formação que promova a interação com os moradores. A ausência de tais investimentos limita a implementação das diretrizes do POP, comprometendo a segurança pública.

A análise das barreiras e percepções revela que a integração entre policiamento ostensivo e comunitário enfrenta obstáculos significativos, mas apresenta potencial para fortalecer a segurança pública. A formação no CAPM deve priorizar a prática contínua, com ênfase em habilidades interpessoais e cenários realistas, enquanto investimentos em infraestrutura são necessários para garantir a presença policial contínua e a eficácia das práticas comunitárias (GOIÁS, 2023).

3 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem mista, articulando métodos quantitativos e qualitativos, para investigar as percepções de policiais na ativa e alunos do Curso de Formação de Praças do CAPM sobre a interação entre policiamento ostensivo e comunitário em comunidades carentes. Este método permite explorar as nuances das percepções e articular diretrizes institucionais com experiências operacionais, garantindo uma análise abrangente. A integração de revisão bibliográfica, análise documental e questionários online assegura a profundidade necessária para atender aos objetivos de identificar diretrizes, avaliar percepções, examinar a formação e verificar desafios.

A revisão bibliográfica será conduzida em bases acadêmicas, como Scielo e Google Scholar, examinando artigos e livros sobre policiamento ostensivo e comunitário, com foco em sua aplicação em comunidades carentes. A análise documental envolverá o Procedimento Operacional Padrão (POP) da PMGO e relatórios institucionais, mapeando diretrizes que regulamentam a interação entre as abordagens, como patrulhamento comunitário e mediação de conflitos. Esses documentos permitirão identificar as práticas previstas e avaliar sua adequação às demandas de áreas vulneráveis, considerando limitações como falta de infraestrutura e recursos (GOIÁS, 2023).

Questionários semiestruturados, aplicados online via Google Forms, serão respondidos por uma amostragem estimada de 50 respondentes, incluindo policiais na ativa e alunos do CAPM, selecionados por conveniência com base em sua experiência em comunidades carentes. As perguntas abordarão a eficácia da integração, a preparação oferecida e os desafios percebidos, utilizando respostas de múltipla escolha para análise quantitativa e abertas para análise qualitativa. A aplicação será precedida pela obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A confidencialidade será garantida com armazenamento seguro em ambiente digital, e o projeto poderá ser submetido a um comitê de ética, se necessário.

Os dados serão analisados por meio de estatística descritiva (frequências, médias) no software Excel para respostas fechadas, identificando tendências nas percepções. A análise de conteúdo categorizará respostas abertas em temas narrativos, como eficácia, formação e desafios, articulando-as com a literatura e os documentos analisados. A triangulação dos dados permitirá identificar convergências e discrepâncias, oferecendo uma visão detalhada da interação entre policiamento ostensivo e comunitário.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa conseguiu a amostra de 36 participantes, sendo 33 alunos do Curso de Formação de Praças no Comando da Academia de Polícia Militar (CAPM) (91,7%) e 3 policiais na ativa (8,3%), selecionados intencionalmente com base em sua exposição a atividades em comunidades carentes. O tempo de atuação ou exposição concentra-se em intervalos de um a três anos (88,9%), seguido por superiores a cinco anos (11,1%), sem registros de períodos inferiores a um ano ou de três a cinco anos. O conhecimento das diretrizes do Procedimento Operacional Padrão (POP) para a interação entre policiamento ostensivo e comunitário divide-se igualmente entre parcial (50,0%) e total (50,0%).

A Tabela 1 sintetiza essas variáveis demográficas e de experiência.

Tabela 1 – Perfil dos Participantes da Pesquisa (n=36)

| Variável | Categoria | Contagem | Porcentagem (%) |
|---------------------|--|----------|-----------------|
| Status na PMGO | Aluno do Curso de Formação de Praças no CAPM | 33 | 91.7 |
| | Policia na ativa | 3 | 8.3 |
| Tempo de exposição | 1 a 3 anos | 32 | 88.9 |
| | Mais de 5 anos | 4 | 11.1 |
| Conhecimento do POP | Sim, totalmente | 18 | 50.0 |
| | Sim, parcialmente | 18 | 50.0 |

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Tabela 1 delinea a composição do perfil amostral, destacando a predominância de alunos com exposição intermediária, o que reflete a priorização institucional de formações iniciais para intervenções em áreas vulneráveis. A configuração amostral alinha-se às análises de Ribeiro e Montandon (2015), que examinam a chegada da filosofia de policiamento comunitário a organizações policiais brasileiras, questionando se representa reforma substantiva ou discursiva, com foco na necessidade de capacitação para superar resistências internas.

A inclusão minoritária de policiais na ativa na amostra permite confrontar

perspectivas operacionais, corroborando Oliveira, Ribeiro e Oliveira (2016), que exploram visões de profissionais em Minas Gerais, onde a integração requer ajustes para atender demandas comunitárias. O equilíbrio entre conhecimento parcial e total do POP sugere lacunas formativas, conforme Vantroba et al. (2023) discutem a transição da teoria à prática no Paraná, enfatizando a necessidade de diretrizes claras para consolidar a confiança comunitária.

A eficácia da integração entre policiamento ostensivo e comunitário na redução da criminalidade em comunidades carentes foi avaliada como muito eficaz por 69,4%, eficaz por 27,8% e pouco eficaz por 2,8%. A contribuição para a confiança comunitária na PMGO registra-se como significativa em 77,8%, moderada em 19,4% e com pouco impacto em 2,8%. Observa-se correlação entre essas avaliações, indicando que maior eficácia percebida associa-se a incrementos na confiança.

A Tabela 2 consolida essas percepções de eficácia e contribuição.

Tabela 2 – Percepção de Eficácia da Integração e Contribuição para a Confiança Comunitária

| Variável | Categoria | Contagem | Porcentagem (%) |
|---|-------------------------|----------|-----------------|
| Eficácia na redução da criminalidade | Muito eficaz | 25 | 69.4 |
| | Eficaz | 10 | 27.8 |
| | Pouco eficaz | 1 | 2.8 |
| Contribuição para confiança comunitária | Sim, significativamente | 28 | 77.8 |
| | Sim, moderadamente | 7 | 19.4 |
| | Não, pouco impacto | 1 | 2.8 |

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Tabela 2 expõe os níveis de concordância com a eficácia da integração e sua influência na confiança comunitária, com predominância de avaliações positivas (97,2% em categorias muito eficaz ou eficaz). Esses resultados convergem com Camargo (2015), que analisa a estratégia de implantação da polícia comunitária, destacando sua capacidade para reduzir criminalidade por meio da articulação de abordagens ostensiva e comunitária.

Bohn (2013) complementa ao discutir a transição para uma polícia cidadã, onde a integração fortalece laços sociais em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Silva e

Ribeiro (2015) aprofundam a discussão ao avaliar a implementação em Belo Horizonte, indicando que a confiança comunitária emerge de práticas estabelecidas, embora desafios como desconfiança inicial, conforme Raymundo (2016), demandem planejamento estratégico para harmonizar as abordagens.

A preparação oferecida pela formação no CAPM para a interação entre policiamento ostensivo e comunitário foi considerada muito adequada por 72,2% e adequada por 27,8%. A confiança para aplicar técnicas de policiamento comunitário em comunidades carentes registra-se como muito confiante em 50,0%, confiante em 47,2% e pouco confiante em 2,8%.

A Tabela 3 relaciona a experiência com a percepção de preparação formativa.

Tabela 3 – Experiência com Atividades vs. Percepção de Preparação Formativa no CAPM

| Experiência | Muito Adequada (%) | Adequada (%) |
|----------------------|--------------------|--------------|
| 1 a 3 anos (n=32) | 71.9 | 28.1 |
| Mais de 5 anos (n=4) | 75.0 | 25.0 |
| Total (n=36) | 72.2 | 27.8 |

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Tabela 3 revela maior concordância com a adequação formativa entre respondentes com experiência prolongada, sugerindo que a vivência operacional potencializa a percepção dos benefícios da capacitação. Essa tendência encontra ressonância em Fernandes (2024), que discute a criação de batalhões no Paraná, onde estruturas integradas requerem formação para alinhar práticas ostensivas e comunitárias.

Bustamante (2017) reforça a relevância da mediação comunitária como ferramenta de transformação social, propondo treinamentos que facilitem consensos em conflitos. Paiva e Pereira Filho (2016) analisam impactos econômicos das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio, apontando que barreiras formativas limitam a sustentabilidade, conforme orientações do POP (GOIÁS, 2023) para práticas articuladas.

Os principais desafios na integração registram-se como resistência cultural dos policiais em 47,2%, desconfiança da comunidade em 30,6%, falta de recursos em 19,4% e formação insuficiente em 2,8%. A necessidade de maior ênfase em práticas comunitárias na formação é afirmada com alguma ênfase por 52,8%, muita ênfase por 33,3% e suficiente como está por 13,9%. O principal obstáculo na interação com comunidades carentes é desconfiança comunitária (38,9%), falta de treinamento prático (36,1%), infraestrutura limitada (16,7%) e condições socioeconômicas (8,3%).

A Tabela 4 sintetiza esses desafios e obstáculos.

Tabela 4 – Desafios na Integração e Obstáculos na Interação com Comunidades Carentes

| Variável | Categoria | Contagem | Porcentagem (%) |
|----------------------------------|------------------------------------|----------|-----------------|
| Principal desafio na integração | Resistência cultural dos policiais | 17 | 47.2 |
| | Desconfiança da comunidade | 11 | 30.6 |
| | Falta de recursos | 7 | 19.4 |
| | Formação insuficiente | 1 | 2.8 |
| Ênfase em práticas comunitárias | Sim, alguma ênfase | 19 | 52.8 |
| | Sim, muita ênfase | 12 | 33.3 |
| | Não, suficiente como está | 5 | 13.9 |
| Principal obstáculo na interação | Desconfiança comunitária | 14 | 38.9 |
| | Falta de treinamento prático | 13 | 36.1 |
| | Infraestrutura limitada | 6 | 16.7 |
| | Condições socioeconômicas | 3 | 8.3 |

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Tabela 4 compila os desafios e obstáculos identificados, destacando a resistência cultural dos policiais e a desconfiança comunitária como barreiras predominantes para a integração efetiva. Essas indicações dialogam com Guedes e Anjos (2018), que avaliam ações sociais da PMGO, como PROERD e Projeto Polícia Mirim em Uruaçu-GO, recomendando investimentos para superar limitações em áreas carentes.

Bittner (2003) aprofunda ao caracterizar o trabalho policial como gestão de conflitos, demandando abordagens que mitiguem desconfiança por meio de diálogo estruturado. Raymundo (2016) contribui ao discutir a integração de ostensivo e velado, propondo alocação de recursos para harmonizar práticas, enquanto Oliveira, Ribeiro e Oliveira (2016) enfatizam visões profissionais que apontam para maior ênfase em mediação para fortalecer a confiança comunitária.

A investigação evidencia adesão às diretrizes do POP, com percepções

predominantes de eficácia na integração para redução da criminalidade e fortalecimento da confiança comunitária, embora lacunas em treinamento prático e resistência cultural comprometam a aplicação plena em comunidades carentes. Os achados relacionam-se às contribuições de Ribeiro e Montandon (2015) e Camargo (2015), propondo diretrizes para políticas formativas na PMGO, como ampliação de práticas comunitárias (Vantroba et al., 2023) e alocação de recursos institucionais (Fernandes, 2024).

Os resultados apontam para a necessidade de maior ênfase em práticas comunitárias na formação e de investimentos institucionais para consolidar estratégias integradas que atendam às demandas de áreas vulneráveis. A problemática da criminalidade intensificada por condições socioeconômicas, como pobreza e exclusão, foi abordada por meio de percepções que indicam alta eficácia da integração na redução de delitos e no fortalecimento da confiança comunitária, embora barreiras como resistência cultural, falta de treinamento prático e limitações de recursos comprometam a aplicação plena.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa examinou a interação entre policiamento ostensivo e comunitário em comunidades carentes, sob as perspectivas de policiais na ativa e alunos do Curso de Formação de Praças no Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, revelando que essa integração constitui uma abordagem para mitigar a criminalidade e fomentar a confiança comunitária, apesar de barreiras operacionais e formativas.

Os achados confirmam a adesão parcial às diretrizes do Procedimento Operacional Padrão da PMGO, com 50% dos respondentes declarando conhecimento total e 50% parcial, e indicam alta eficácia percebida na redução de delitos e no fortalecimento de laços sociais, conforme 97,2% das avaliações positivas em ambas as dimensões. No entanto, os desafios preponderantes, como a resistência cultural dos policiais e a desconfiança comunitária, associada à insuficiência de treinamento prático e recursos, comprometem a implementação plena, demandando revisões curriculares no CAPM para incorporar simulações realistas de mediação e diálogo em contextos de vulnerabilidade social.

A análise documental e bibliográfica corrobora que normativas como a Lei nº 13.675/2018 e o artigo 144 da Constituição Federal orientam essa articulação, mas sua efetividade depende de investimentos em infraestrutura, como bases comunitárias fixas, e capacitação contínua para superar limitações identificadas em experiências semelhantes, a exemplo das Unidades de Polícia Pacificadora. Assim, a investigação contribui para a PMGO ao propor medidas que alinhem formação e práticas operacionais às demandas de áreas carentes, promovendo a coprodução da segurança pública e a legitimidade institucional em Goiás.

REFERÊNCIAS

- BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. 2.ed. Edusp: São Paulo, 2003.
- BOHN, Maurício Futryk. Policiamento comunitário: a transição da polícia tradicional para polícia cidadã. **Revista Jus Navigandi, ISSN**, p. 1518-4862, 2013.
- BUSTAMANTE, Ana Paula. Conflitos e Consensos: o Papel da Mediação Comunitária na Transformação da Realidade Social. **Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro n°**, v. 64, p. 17, 2017.
- CAMARGO, Carlos Alberto. Polícia Comunitária: a estratégia de implantação do atual modelo. **Revista brasileira de segurança pública**, v. 9, n. 2, p. 218-233, 2015.
- FERNANDES, Manoel Mendes. A criação de novo batalhão de Polícia Militar subordinado ao 1º comando regional de polícia militar do Estado do Paraná. **Brazilian Journal of Development**, v. 10, n. 2, p. e67511-e67511, 2024.
- GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão**. 4. ed. Goiânia: PMGO, 2023.
- GUEDES, Aline Costa; ANJOS, Sidney Rodrigues dos. Ações sociais da Polícia Militar: PROERD e Projeto Polícia Mirim na Cidade de Uruaçu-GO. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 11, n. 1, 2018.
- OLIVEIRA, Victor Neiva E.; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes; OLIVEIRA, Valéria Cristina. Hoje não tem como ser diferente!": A visão dos profissionais de segurança sobre a Polícia Comunitária em Minas Gerais. **O Alferes**, v. 26, n. 69, 2016.
- PAIVA, Ms Leonardo Menezes; PEREIRA FILHO, José Eduardo. AS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA: um breve relato dos impactos econômicos nas comunidades carentes da cidade do Rio de Janeiro (2008-2015). **Ciência Atual–Revista Científica Multidisciplinar do Centro Universitário São José**, v. 8, n. 2, 2016.
- RAYMUNDO, Fabrício Fabrício. Policiamento Ostensivo e Policiamento Velado: integração e assuntos correlatos. **Revista Ciência & Polícia**, v. 4, n. 1, 2016.
- RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes; MONTANDON, Ana Maria Alemão. Reformar a polícia ou reformar o seu discurso? Uma análise da chegada da filosofia de policiamento comunitário a uma organização policial militar brasileira. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 9, n. 1, p. 62-81, 2015.
- SILVA, Dejesus de S.; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. Polícia comunitária em Belo Horizonte: a hora e a vez dos estabelecidos. **REVISTA pensata| V. 4 N. 2 OUTUBRO DE 2015**, p. 178, 2015.
- VANTROBA, Rodrigo et al. A polícia comunitária como ferramenta de aproximação à comunidade: da teoria à prática. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 5, p. 3438-3453, 2023.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Interação entre Policiamento Ostensivo e Comunitário em Comunidades Carentes sob a Ótica dos Policiais e Alunos no Comando da Academia de Polícia Militar

Pesquisador Responsável: Lucas Mateus Dias

Instituição: Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás

Contato do Pesquisador: 62 99274-5543

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada "Interação entre Policiamento Ostensivo e Comunitário em Comunidades Carentes sob a Ótica dos Policiais e Alunos no Comando da Academia de Polícia Militar", conduzida por Lucas Mateus Dias e vinculada ao CAPM. O objetivo deste estudo é analisar a influência da interação entre policiamento ostensivo e comunitário na segurança em comunidades carentes.

1. Procedimentos da Pesquisa

Sua participação consistirá em responder a um questionário online, aplicado via Google Forms, com perguntas de múltipla escolha e abertas sobre sua experiência com policiamento ostensivo e comunitário, com duração aproximada de 10 a 15 minutos. O link será enviado por e-mail institucional.

2. Riscos e Benefícios

Não há riscos significativos associados à sua participação, além de possíveis desconfortos mínimos ao relatar experiências operacionais. Você poderá interromper sua participação a qualquer momento. Os benefícios incluem a contribuição para a melhoria da formação policial e da segurança pública.

3. Sigilo e Confidencialidade

Seus dados serão tratados com sigilo absoluto e utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. Em nenhuma hipótese sua identidade será divulgada, garantindo o anonimato das informações fornecidas.

4. Participação Voluntária

Sua participação é totalmente voluntária. Você pode desistir a qualquer momento, sem prejuízo ou necessidade de justificativa. Para dúvidas, contate o pesquisador pelos meios

disponibilizados.

5. Considerações Éticas

O projeto respeitará os preceitos éticos vigentes sobre procedimentos experimentais envolvendo seres humanos.

6. Contato para Esclarecimentos

Caso necessite de mais informações, estou à disposição pelo telefone 62 99274-5543.

Declaro que li, compreendi e concordo em participar desta pesquisa de forma livre e esclarecida.

Aceito participar voluntariamente

Não aceito

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

1. Qual é seu status atual na PMGO?
 Aluno do Curso de Formação de Praças no CAPM Policial na ativa
 Instrutor de treinamento
 Outro: _____
2. Há quanto tempo você atua ou é exposto a atividades em comunidades carentes?
 Menos de 1 ano
 1 a 3 anos
 3 a 5 anos
 Mais de 5 anos
3. Você conhece as diretrizes do Procedimento Operacional Padrão (POP) para a interação entre policiamento ostensivo e comunitário?
 Sim, totalmente
 Sim, parcialmente Não, pouco
 Não conheço
4. A integração entre policiamento ostensivo e comunitário é eficaz na redução da criminalidade em comunidades carentes?
 Muito eficaz Eficaz
 Pouco eficaz Ineficaz
5. A integração contribui para a confiança da comunidade na PMGO? Sim, significativamente
 Sim, moderadamente Não, pouco impacto Não sei
6. A formação no CAPM prepara adequadamente para a interação entre policiamento ostensivo e comunitário?
 Muito adequada Adequada
 Pouco adequada Inadequada
7. Você se sente confiante para aplicar técnicas de policiamento comunitário em comunidades carentes?
 Muito confiante Confiante
 Pouco confiante Não confiante
8. Qual é o principal desafio na integração entre policiamento ostensivo e comunitário? Resistência cultural dos policiais
 Desconfiança da comunidade Falta de recursos
 Formação insuficiente
9. A formação no CAPM precisa de mais ênfase em práticas comunitárias (ex.: diálogo, mediação)?

- Sim, muita ênfase
- Sim, alguma ênfase
- Não, suficiente como está Não sei

10. Qual é o principal obstáculo na interação com a comunidade em áreas carentes?

- Desconfiança comunitária Falta de treinamento prático Condições socioeconômicas

Infraestrutura limitada